

# Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do *Códice Costa Matoso*

*A.J.R. Russell-Wood*  
*The Johns Hopkins University*

*Tradução*  
*Pedro Francisco Gasparini*

**Resumo:** Este ensaio tem por objetivo focalizar o tema dos antagonismos entre “forasteiros” e “filhos da terra”, grupos étnicos, identidade e autoridade em Minas Gerais, nos primórdios do século XVIII. Estas questões transcendem esta década e esta região e podem ser discutidas no contexto da história da América portuguesa e até nas relações Metrópole-colônias no Império português ultramarino.

**Abstract:** The essay draws up a picture of the ethnical groups, the antagonisms between “forasteiros” and “filhos da terra”, their identity, as well as the authority and governance in the early 18th century in Minas Gerais. Such questioning goes beyond the current decade and region and may be cast in a broader context of the History of the Portuguese-America, and even further in the metropolitan-settlements’ relationships of the Portuguese overseas Empire.

A coleção de documentos referida como *Códice Costa Matoso* levanta temas cuja importância transcende Minas Gerais, a primeira metade do século XVIII, a produção de ouro, o período inicial do povoamento e o governo civil e eclesiástico. O propósito deste ensaio é duplo: primeiro, examinar três documentos específicos do manuscrito; segundo, focalizar três temas presentes em Minas Gerais nos primórdios do século XVIII, mas também comuns ao Brasil colonial e ao Império português de além-mar: identidade, etnia, autoridade e governo.

Os três documentos em discussão são dispares no conteúdo, estilo e valor histórico. Todos tratam diretamente das hostilidades entre paulistas e emboabas, da intervenção governamental e do papel de Manuel Nunes Viana na região que viria a se tornar a capitania-geral de Minas Gerais. A “Relação do princípio descoberto destas Minas Gerais e os sucessos de algumas coisas mais memoráveis que sucederam do seu princípio até o tempo em que as veio governar

o Excelentíssimo Senhor dom Brás da Silveira”<sup>1</sup> (doravante mencionada como “Relação”) focaliza a região do Rio das Velhas e é um relato, passo a passo, de como um simples incidente em torno do empréstimo de uma espingarda levou às hostilidades entre paulistas e emboabas; enfatiza o papel de Manuel Nunes Viana durante esses eventos e depois deles, suas negociações com o governador Antônio de Albuquerque; e conclui com o estabelecimento do efetivo controle pela Coroa. A “História do distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimento de suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e ereção de suas vilas”<sup>2</sup> (doravante “História”) é uma narrativa mais extensa, que cobre muito do mesmo assunto do documento anterior, mas toma a hostilidade emboaba-paulista e a subsequente vitória emboaba como um momento decisivo da história do Rio das Mortes. O terceiro documento é um depoimento baseado em ouvir-dizer concernente a Manuel Nunes Viana (doravante “Notícia”).<sup>3</sup>

Estes documentos são anônimos, com exceção da “História”, de autoria de José Álvares de Oliveira. Oliveira era um emboaba, no Rio das Mortes, e foi um dos dois procuradores escolhidos pelos emboabas para representar seus interesses nos encontros, determinados pelo governador, com dois procuradores paulistas durante os conflitos. Sua importância como um relato de primeira mão é diminuída por ter sido produto de reminiscências levadas ao papel depois de certo espaço de tempo. O autor escreve “seja-me também desculpada a negligência da demora, atendendo aos anos que conto, porque em semelhante idade tudo é melancolia, nada sangue, tudo pituíta, nada bília”. Ele é consciente de ser vítima de *lapsus memoriae*: “Segundo os vislumbres que ainda existem e se conservam na minha memória, tudo e o mais que fica dito até o presente...” e “acontecimentos e ações que, em memória, pelos muitos anos gastos das limaduras do tempo, ainda se conservarem”. É valioso pelo fato de ser a poderosa expressão de uma perspectiva: a emboaba. O mesmo não se pode dizer em relação a sua objetividade histórica. Diversamente da “Relação”, também sob uma perspectiva pró-emboaba, mas contida em sua linguagem, a “História” é cheia de invectivas contra os paulistas. Oliveira estava escrevendo para um leitor específico: Tomás Rubim de Barros Barreto do Rego, ouvidor-geral e corregedor da comarca do Rio das Mortes, que encomendou o relato. Enquanto a “Relação” é largamente desprovida de julgamentos morais, Oliveira descreve os eventos como se fossem um auto edificante marcado pelo confronto entre o bem (emboabas) e o mal (paulistas), com o triunfo da ordem sobre a desordem. Esta é a história do estabelecimento do governo da

1. FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. Doc. 3, pp. 194-202.

2. Idem. Doc. 14, pp. 270-293.

3. Idem. Doc. 15, pp. 271-272.

Coroa e dos princípios mais caros ao coração real: ordem, estabilidade, governo civil, governo eclesiástico. Oliveira intencionalmente se esforça por uma linguagem e um estilo compatíveis com este tratado histórico-moral. Há um pedido formal de desculpas do autor pelo esquecimento dos preceitos da retórica, levando a uma “cacofonia de frases e grossaria do estilo”, e pelo fato de só ser capaz de “toscos discursos”. Oliveira explicita as limitações com as quais trabalhou e se orgulha de ter colocado ordem em seu material: “deduzido por aquela ordem e na melhor forma que meu limitado talento o soube escrever e tosco estilo exprimir”. Isto conduz a um estilo barroco, especialmente no preâmbulo e na conclusão. Oliveira busca fazer da viagem de Cabral um empreendimento não menos nobre que o de Vasco da Gama. O “ar condensado e tenebroso” do Atlântico evoca a linguagem d’*Os Lusíadas*. Os argonautas triunfam sobre a combinação de forças dos elementos, que são humanizados (“se embraveciam em tanta maneira e com tanta soberba”). O texto é abundante em referências clássicas, figuras de retórica (notadamente a ironia) e joga com palavras e conceitos. A última parte toma aspectos do gênero literário do panegírico urbano, no caso, de São João del-Rei.

No cerne da “Relação” e da “História” estão as relações entre “naturais” e “forasteiros”, para usar a terminologia da época. A historiografia as tem super-simplificado como uma dicotomia paulista-emboaba, em que o lugar de nascimento é seu elemento definidor. A linguagem destes documentos revela uma concepção mais sutil pelos contemporâneos. Embora “paulista” fosse um termo genérico, não se limitava às pessoas nascidas em São Paulo. Oliveira assinala que as notícias das primeiras descobertas atraíram “paulistas e taubateanos, também tidos por paulistas, como todos naturais de Serra Acima, prezando-se muito desse nome”. Em resumo, o critério era ter vindo de “Serra Acima”. A “Relação” nota que a primeira bandeira era composta por paulistas, mas acompanhada por “filhos de Portugal e do Rio de Janeiro”, reforçando a noção coeva de que ser um bandeirante se referia mais a um estilo de vida do que estar exclusivamente associado a uma região. O mesmo documento explica o uso corrente do termo emboaba (“que naquele tempo chamavam os paulistas aos reinóis emboabas”) e esclarece: “emboabas chamavam aos do Reino, palavra que quer dizer galinha com calças”. Como seria de se esperar, Oliveira adota uma postura pró-emboaba. Referindo-se aos habitantes do Arraial Novo como emboabas, ele continua: “nome este que, por abjeção, deu a altivez dos naturais à submissão dos forasteiros”. A circunstância de ser uma pessoa “de fora” não implica ausência de divisões. Nunes Viana foi, sem dúvida, ofendido em sua dignidade quando o governador Mascarenhas e Lencastre substituiu seus nomeados no Rio das Mortes (1709), mas a observação de Nunes Viana sobre a substituição de seus nomeados emboabas por “paulistas” e “cariocas”, ou “filhos do Rio de Janeiro”, reflete uma mais ampla desconfiança entre aquelas pessoas classificadas pelos paulistas como emboabas. Voltarei mais tarde ao

tema de uma identidade crioula, mas três aspectos lingüísticos e semânticos devem forçosamente ser notados. Primeiro, que o contraste entre os nascidos na Europa e os nascidos na América era comum a todas as colônias européias na América. O que distingue o Brasil é esta definição mais específica que envolve o termo “paulista”. Segundo, na Índia portuguesa do século XVII “reíno” era aplicado não somente aos nascidos em Portugal mas, também, a pessoas que haviam chegado na frota mais recente e eram vistas com desprezo.<sup>4</sup> Continuavam a ser assim descritas até a chegada da próxima frota. Isto sugere que a aculturação era também um fator na determinação de se um indivíduo merecia o termo “reíno”. Terceiro, os portugueses não eram os únicos a fazer uma distinção lingüística entre os nascidos na Europa e os nascidos na América. Termos e palavras em espanhol e inglês refletem uma idêntica consciência baseada em diferenças de cultura e locais de nascimento e, como no Brasil, pode ter havido nuances adicionais, raciais e morais. A linguagem é uma fonte importante para os historiadores, e os termos usados nestes documentos lançam luz sobre a complexidade dos temas da auto-identificação e da identidade (que não são sinônimos) em Minas, e dão uma dimensão brasileira ao tema da crioulação de todo o continente americano.

Na dicotomia paulista-emboaba, a ênfase no lugar de nascimento é um desvio do tema central, tão manifestamente evidente nestes documentos, ou seja, as diferenças culturais. O atributo telúrico de paulistas não os distinguiu, por si só, dos *coureurs de bois* da Nova França, dos gaúchos dos pampas ou, mesmo, dos pioneiros na América continental britânica.<sup>5</sup> Tampouco seria a presença de famílias de patriarcas de proporções bíblicas entre os paulistas que os tornavam singulares entre os grupos de descendência européia nas Américas. O aspecto que mais impressionava os contemporâneos, e que para os forasteiros era uma característica distintiva, era que os padrões de comportamento e estilo de vida colocavam os paulistas à parte. O que distinguia alguns paulistas, mas não todos, dos forasteiros era uma grande incidência de relacionamento com ameríndias e uma cultura identificável como paulista, que não era nem totalmente européia nem totalmente indígena, mas um amálgama suficientemente perceptível para ser *sui generis*. A “Relação” comenta isso, e uma das características era a ambivalência em relação às populações indígenas. Era prática paulista “fazer a entrada aos gentios ... para o conduzirem para São Paulo por negócio e se servirem dele”. Havia a preferência por índios jovens, já que eram mais fáceis de domesticar e, presumivelmente, no caso feminino, mais desejáveis como parceiras sexuais. Além disso, os bandeirantes

4. François Pyrard de Laval, *Voyage de François Pyrard de Laval aux Indes Orientales*. 2 vols (Paris, 1619), vol. 2, p. 8.

5. Mario Góngora, *Los grupos de conquistadores en Tierra Firme (1509-1530)*. (Santiago do Chile, 1962), pp. 91-105.

substituíram uma fonte demográfica da qual obtinham escravos por outra. Os paulistas viam os “negros da terra” mais no contexto de sua própria economia doméstica do que, como foi o caso dos escravos africanos desde o século XVI, no contexto de uma economia de exportação. A “Relação” faz o comentário de que, uma vez que os paulistas extraíam ouro em quantidades compensadoras (“ouro de mais conta”), voltavam a São Paulo “a comprar escravos ... e não trataram, desse tempo em diante, a procurar gentio”.<sup>6</sup> O autor pode ter superestimado o caso no que concerne à desistência absoluta dos paulistas em assediar as comunidades indígenas, mas fez o interessante comentário de que o ouro habilitou os paulistas a participar de uma economia colonial mais ampla, na qual o ouro era o meio de troca corrente, e a ter acesso ao tráfico de escravos africanos, levando a uma substituição dos índios pelos africanos como mão-de-obra preferencial. Uma vez espalhada a notícia de que os paulistas tinham ouro, os mercadores costeiros se movimentaram rapidamente para explorar este mercado recentemente surgido, trazendo escravos para vender “Serra Acima” e retornando com o ouro paulista. Embora os caminhos e as picadas resultassem em maior mobilidade e comércio, os quais derrubaram as barreiras entre as comunidades de “Serra Acima” e os enclaves costeiros nos primórdios do século XVIII, o componente indígena - língua, valores, vida doméstica, costumes e habilidades - continuou a distinguir os paulistas, que se orgulhavam de seu senso de identidade coletiva.

A fúria que aparentemente incendiou as tensões já existentes pode ser atribuída a diferenças culturais. Ter um paulista consentido em atender ao pedido de um “pobre emboaba” para emprestar-lhe uma espingarda reflete um grau de confiança e mútuo entendimento. A subsequente recusa do paulista em aceitar a compensação de 7 oitavas de ouro pela perda da arma é compreensível apenas no contexto de ter ele uma especial afeição pela espingarda em questão e ter achado essa compensação inadequada ou, ainda, de estar ciente de que não havia uma disponibilidade de espingardas que tornasse possível a sua reposição imediata. A “Relação” não afirma que o paulista acreditou que o emboaba estava agindo de má fé. Seria o caso de, para o paulista, sua espingarda possuir uma importância simbólica maior que seu valor intrínseco? Os mesmos fatores aplicavam-se à decisão, aparentemente salomônica, de Nunes Viana em oferecer uma compensação financeira ou uma espingarda, à escolha do paulista, dentre as 80 do seu arsenal. No caso, não sendo conhecido de Nunes Viana e não sendo de sua vizinhança, é fácil entender a desconfiança do paulista, consubstanciada na apreensão em entrar em sua casa e se expor a possível captura, além do fato de o emboaba ser “afilhado” de Nunes Viana e ter procurado refúgio em sua casa.

6. Veja a excelente descrição e análise em John Manuel Monteiro, *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. (São Paulo, 1995), pp. 57-98, 209-26.

Com as primeiras extrações de ouro realizadas por paulistas no Rio das Mortes e a subsequente chegada de intrusos, os paulistas distribuíram a si mesmos aqueles lugares privilegiados nos morros ou ao longo do ribeirão São Francisco Xavier. A “História” descreve como os emboabas tinham que ficar em locais mais desfavoráveis. As ações seguintes distinguiram os dois grupos. Ambos construíram casas de taipa cobertas com palha, mas as dos paulistas tinham estilo diferenciado, caracterizado por pérgolas espaçosas para passear e exibir seus bem supridos arsenais de armas. Se o autor da “Relação” nota que para os paulistas a posse de 20 ou 30 escravos assegurava ao proprietário o respeito de seus companheiros, o emboaba Oliveira causticamente observa em sua “História” que os paulistas gostavam de exibir suas armas como “fastos indicantes de suas dissimuladas proezas”. Mais expressiva era a diferença essencial na localização dos dois povoamentos: enquanto os emboabas estabeleceram um arraial e formaram uma comunidade, com uma capela dedicada a Nossa Senhora do Pilar, os paulistas “se arrancharam por fora”, perto do mato, e pareciam haver construído suas casas sem nenhuma intenção de criar uma comunidade. O distinto uso do espaço, as evidentes dessemelhanças estruturais de suas casas e a escolha da localização revelam algo das diferenças culturais entre emboabas e paulistas, seus comportamentos e até seus valores.

Os documentos referem-se a dissimilaridades em seus estilos de combate. Os emboabas preferiam posições defensivas abrigadas, com proteção nos flancos: a “casa forte” de Manuel Nunes Viana, junto com seu “grande pátio com estacada à roda” no Rio das Velhas; a “fortaleza de pau-a-pique com seu fosso de terra” no Rio das Mortes. Em contraste, quando os paulistas escolhiam suas posições no Arraial Novo do Rio das Mortes mostravam um conhecimento do terreno, mas sua estratégia buscava antes a dispersão que a centralização de seus recursos em um único edifício fortificado. Nisto, e em sua estratégia de cerco, mostraram um conhecimento melhor que o dos emboabas, embora a disparidade no tamanho das duas forças possa ter sido o fator decisivo. Um dos *modus operandi* dos paulistas era a formação em cunha. Enquanto os reinóis “saíram em destacamento numa esquadra”, os paulistas “se dividiram em mangas”. O caráter individual das ofensivas paulistas dava maior oportunidade às ações independentes, mas também os expunha a risco. No Arraial Novo os paulistas transferiram para um ambiente semi-urbano uma forma de combate que eles devem ter utilizado no mato: esquivando-se de uma área protegida -- neste caso, as casas e a igreja -- para outra. Mas enquanto os emboabas procuravam espaços abertos para combater, os paulistas “buscaram com muita pressa as emboscadas dos matos”. Havia também diferenças na escolha das armas: enquanto os paulistas tinham principalmente espingardas, os emboabas tinham armas curtas. Os paulistas estavam confiantes de que apenas seu número e invencibilidade garantiriam a destruição dos emboabas no Arraial Novo do Rio das Mortes. Fica a impressão de uma força emboaba com coesão, lideran-

ça definida, lutando em posições fixas e disciplinada, em contraste com uma grande força numérica paulista, com um bom conhecimento do terreno e uma bem afiada prática de táticas de guerrilha, mas carente de uma estratégia coerente, uma estrutura de comando ou *esprit de corps*.

O paulista Jerônimo Pedroso, segundo a “Relação”, propôs um desafio a Manuel Nunes Viana, para tirar satisfação pelo paulista ofendido no caso da espingarda. Nunes Viana aceitou, deixando Pedroso escolher o dia e a hora. Este incidente merece um comentário em torno da descrição lacunar da “Relação”. Pedroso impôs a condição de “que não havia usar de estocadas nem de cuteladas, só sim tocar uma espada na outra com as pontas para o ar”. Nunes Viana respondeu que “não sabia esse jogo de espada e que saía, porém, à fortuna do que elas dessem”. Isto pode parecer um exemplo de uma diferença cultural, mas o desafio revela um modo muito interessante de agir, relacionado ao fato de que a esgrima era uma arte nobre. O duelo proposto pelo paulista sugere que Pedroso estava usando a escolha da arma e do estilo como uma forma de auto-enobrecimento e para colocar-se a par com o reinol Nunes Viana. Nunes Viana reconheceu esta manobra e a rejeitou sob a alegação de ignorância, evidentemente falsa dada sua reputação de esgrimista descrita na “Notícia”. Proclamando que a discricção era a melhor parte da honra, Pedroso retirou seu desafio.

Rio das Velhas e Rio das Mortes tinham sido, até então, regiões periféricas ao governo da Coroa, embora situadas dentro da capitania do Rio de Janeiro. Autoridades metropolitanas e coloniais não tinham experiência prévia de como lidar com desafios dessa escala: extrações de ouro, deslocamento e reassentamento de milhares de pessoas, violência, fome generalizada e doenças. Em 1709 houve a complicação adicional da disputa de autoridade, centralizada na figura de Manuel Nunes Viana.

Nunes Viana vivia no sertão, onde criava gado, e se engajou na mineração e no contrabando. Os emboabas convidaram-no para arbitrar, entre um paulista e um emboaba, sobre a perda de uma espingarda. Nunes Viana deixou o sertão e veio para o Arraial Velho do Caeté (a futura Vila Nova da Rainha). Emergiu como líder e tornou-se o foco da resistência emboaba. Foi ele quem mandou um emissário ao líder paulista Jerônimo Pedroso e cuja iniciativa levou ao acordo mútuo de retirada de suas forças. A autoridade de Nunes Viana derivava do respeito que ele havia conquistado entre os seus amigos reinóis. Seu título de capitão-mor da cidade de Penedo, em Portugal, era uma mercê concedida pelo rei mas desprovida de autoridade e jurisdição. Em um encontro bem concorrido, em dezembro de 1708, no arraial da Cachoeira do Campo, convocado pelos reinóis, a “Relação” descreve como “fizeram conselho os mais poderosos e elegeram seis eleitores para que estes, a votos, fizessem governador que os governasse, e com efeito nomearam ao dito capitão-mor Manuel Nunes Viana”. Eleições populares não eram exceções:

Bento do Amaral Coutinho era “sargento-mor de batalha, também criado pelo povo”. Mas a eleição de Nunes Viana foi única: o processo de escolher um colégio de eleitores era eminentemente europeu; segundo, isto não era um exemplo de uma democracia representativa em funcionamento, uma vez que os potentados assumiram o encargo de eleger um colégio eleitoral; terceiro, tal eleição não tinha autorização nem aprovação oficial; finalmente, que tal eleito pudesse assumir o título de governador era um insulto à prerrogativa real e tornou Nunes Viana vulnerável à acusação de *lèse-majesté*. Nunes Viana aceitou a indicação e nomeou um secretário, um capitão de guarda e cabos maiores e menores. Ordenou a imediata prisão dos poderosos paulistas Domingos Silva Monteiro e Bartolomeu Bueno Feio e os enviou para Sabará. Desanimados, os outros paulistas voltaram para São Paulo. Minas ficou em relativa paz.

De particular interesse são a reação oficial a esta explosão de hostilidades no Rio das Velhas e, mais tarde, no Rio das Mortes, e a forma como três sucessivos governadores lidaram com a situação local: dom Fernando Martins Mascarenhas e Lencastre (governador do Rio de Janeiro de agosto de 1705 a junho de 1709), Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (governador do Rio de Janeiro de junho de 1709 a junho de 1713 e de São Paulo e Minas Gerais de junho de 1710 a junho de 1713), e dom Brás Baltasar da Silveira (governador de São Paulo e Minas Gerais de agosto de 1713 a setembro de 1717). A reação da parte de cada governador é descrita na “Relação” e, para o Rio das Mortes, em um trecho maior da “História”, numa série de cenários que ganham em qualidade dramática como se fossem vividos num palco de teatro.<sup>7</sup> A série de interações revela muito das percepções dos participantes: como eles avaliavam as situações, os contextos culturais e o relacionamento entre a força social e a autoridade e entre a autoridade derivada da população e aquela investida em seus representantes por um rei.

Em abril de 1709 Mascarenhas e Lencastre chegou a Minas. Além de sua escolta, o governador era acompanhado por duas companhias de infantaria, de acordo com a “História”. Ele foi recebido no Rio das Mortes com fuzilaria, três noites de luminárias e a bandeira real ostensivamente desfraldada, naquilo que Oliveira descreve como uma demonstração de lealdade, obediência e patriotismo. O governador convocou todos os moradores, e lembrou-os de que eram todos eles portugueses e vassalos do mesmo rei e que “revoluções e contendas” eram impróprias. Ele convidou paulistas e forasteiros a escolherem, cada grupo, dois representantes para, deixado o passado para trás, tentar resolver os problemas e trabalhar em busca de um acordo. Tal documento foi apresentado ao governador. Mascarenhas e Lencastre criou companhias de

7. Meu enfoque foi sugerido por uma leitura de Rhys Isaac, *The Transformation of Virginia, 1740-1790*. (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1982), especialmente pp. 323-57.

infantaria e cavalaria. Também afastou os nomeados por Nunes Viana no Rio das Mortes e os substituiu por paulistas e “filhos do Rio de Janeiro”. Nunes Viana despachou o capitão Brás Fernandes Rola com uma carta aconselhando o governador contra essa decisão. Então, acreditando ter concluído seu trabalho, o governador prosseguiu em direção às Minas Gerais (região de Ouro Preto), pelo Rodeio, onde foi recebido por um grande número de reinóis, pelos cabos indicados por Nunes Viana e pelo próprio Nunes Viana. O encontro não foi auspicioso. Mascarenhas e Lencastre recusou revogar sua decisão de substituir os nomeados de Nunes Viana no Rio das Mortes. De sua parte, Nunes Viana declarou que “aquele povo estava de ânimo a o não deixar entrar para estas Minas”. Ante o impasse, o governador voltou ao Rio de Janeiro.

Estes simples fatos merecem comentários e interpretação. No Rio das Mortes Mascarenhas e Lencastre estava em uma comunidade composta de reinóis legalistas e alguns paulistas. Sua abordagem ao problema com um apelo ao patriotismo e à lealdade ao rei, a criação de uma comissão para a apresentação de um tratado e a criação de companhias de infantaria e cavalaria não revela um bom entendimento da situação local. Seria de se esperar que ele agradecesse aos procuradores em nome do rei e os recompensasse com as cartas-patente de capitães de auxiliares. Na “História” parece que o governador não tentou resolver a recusa dos paulistas em assumir as atribuições inerentes ao comando das companhias. Os emboabas, embora protestando lealdade ao rei e à pátria, e ostensivamente trabalhando com os procuradores paulistas para produzir o “tratado”, perceberam (segundo Oliveira) que os paulistas estavam agindo de má fé. Na verdade, os emboabas estavam trabalhando simultaneamente num entrincheiramento. Ao substituir os nomeados por Nunes Viana, Mascarenhas e Lencastre estava afirmando sua autoridade como governador e dissuadindo Nunes Viana de qualquer noção que pudesse alimentar de que sua eleição lhe conferia legitimidade. Mascarenhas e Lencastre estava também, implicitamente, rejeitando o processo eleitoral e a idéia de autoridade emanada do povo. Igualmente o governador reafirmou sua autoridade ordenando ao capitão Fernandes Rola a “encostar a gineta”. Isto não se refere a uma modalidade de equitação, mas sim a uma lança curta ou espontão, antiga forma de insígnia associada ao título de capitão e símbolo de respeito. Por esta ordem, Mascarenhas rejeitou a legitimação do processo eleitoral e da autoridade de Nunes Viana (“por não ter poder quem lhe dera”). Nunes Viana aprendeu essa lição. No encontro subsequente entre Mascarenhas e Lencastre e Nunes Viana, no Rodeio, os cabos de Viana estavam “sem insígnias”. Dada a tendência dos colonizadores em usar insígnias, isto é incomum. Claramente, Nunes Viana, sensível à delicadeza de sua posição e temeroso do perigo potencial de ser acusado de *lèse-majesté*, ordenou a seus cabos não usarem insígnias nessa ocasião. Significativo também é que, nesse encontro no Rodeio, Nunes Viana estava desacompanhado de um séquito e que seu único símbolo de ofi-

cial era “o seu bastão alvorado como capitão-mor da vila do Penedo”. Por seu “bastão alvorado”, estaria demonstrando ao governador que ele, Nunes Viana, havia sido também um beneficiado pelo favor real? Ou estaria tentando afirmar a legitimidade de sua presente posição em decorrência dessa mercê? Ou esperava enfatizar a circunstância de que – a despeito de agora residir no Brasil – ele, não menos que o governador, era um reinol e havia recebido uma honraria na Metrópole? Ou estaria Nunes Viana simplesmente demonstrando respeito ao governador? Finalmente, há a invocação por Nunes Viana do “povo”, pela qual ele desvia de si mesmo para o “povo” a decisão de não permitir ao governador prosseguir. Este uso de um múltiplo e anônimo agente relembra *Fuente Ovejuna*, o drama de Lope de Vega, no qual um inquérito é feito sobre a morte do comendador, e a resposta foi “Fuente Ovejuna lo hizo”.<sup>8</sup> Embora o encontro entre Mascarenhas e Lencastre e Nunes Viana tenha terminado em impasse, nenhum deles foi humilhado nem sofreu diminuição de autoridade: o governador recusou alterar sua posição e Nunes Viana não forçou sua proposta. Aquele pediu três dias para preparar seu retorno ao Rio, o que foi concedido, e, de fato, saiu no segundo dia.

Antônio de Albuquerque foi o segundo governador a visitar Minas. Ao contrário de seu predecessor, tinha extensa experiência no Brasil. Com 12 anos acompanhou seu pai quando este assumiu o governo do Maranhão (1667). Ambos retornaram a Portugal, mas o filho voltou ao Brasil em 1678 para cuidar das propriedades da família em Santa Cruz de Cameté. Albuquerque se tornou governador do Grão-Pará (1685–1690) e do Maranhão (1690–1701). Desembarçou-se de ambos os cargos com distinção. Viagens de inspeção ao Amazonas e rio Negro familiarizaram-no com o interior do Brasil.<sup>9</sup> Depois de tomar posse como governador da capitania do Rio de Janeiro, informado da seriedade da situação em Minas, Albuquerque dirigiu-se para a região. Ao contrário de seu antecessor, viajou secretamente, com uma pequena escolta, e tomou providências para impedir que a notícia de sua chegada ao Arraial Velho do Caeté o precedesse. Nunes Viana visitou-o. No dia seguinte Albuquerque ordenou-lhe que deixasse Minas e retornasse às suas fazendas no sertão. Nunes Viana cumpriu a ordem em três dias. A “Relação” lança luz sobre a pronta obediência de Nunes Viana. Pela frase “convinha ao serviço de Sua Majestade”, Albuquerque não só invocou o nome do rei mas enfatizou sua própria autoridade como legítimo representante de Sua Majestade. Em segundo lugar, ele foi muito bem informado antes de seu encontro. Ele sabia do

8. Lope de Vega, *Fuente Ovejuna*, 3º Ato, verso 2210; veja também Teresa J. Kirchner, *El protagonista colectivo de Fuente Ovejuna* (Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1979), pp. 120-140.

9. C. R. Boxer, *The Golden Age of Brazil, 1695-1750* (Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1962), pp. 75-76.

desagrado entre os moradores de Sabará com seu “governador” eleito, decorrente do comportamento autoritário de Nunes Viana na tentativa de impor um monopólio sobre o gado a ser abatido. Além disso, embora não haja comentário sobre este efeito em nenhuma das fontes, o governador deve ter se lembrado da trajetória pessoal de Nunes Viana, cheia de altos e baixos, incluindo o assassinato de um homem logo após sua chegada à Bahia e rumores de atrocidades que ele teria cometido no sertão. Não é exagero afirmar que Albuquerque teria ameaçado prender Nunes Viana se este não deixasse Minas.

Albuquerque foi o primeiro governador a percorrer uma grande extensão das Minas Gerais e a tratar diretamente com a população. Sua estratégia foi perfeita. Garantiu estatuto de vila aos arraiais mineradores: Vila Rica do Ouro Preto, vila do Ribeirão do Carmo e vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará. Pela concessão da condição de concelho, atingiu vários objetivos: asseveração da autoridade real; reconhecimento das realizações de tais comunidades; investidura de autoridade local legítima nos senados da câmara; a criação, enfim, de uma força estabilizadora, um agente de controle social, uma estrutura regulatória e um instrumento do governo representativo. O pelourinho e o senado da câmara eram importantes símbolos do “ethos” português: lembranças da herança portuguesa, de lealdade ao rei e ao país, da fé católica. Isto foi um voto de confiança na habilidade dos notáveis locais em exercer a autoridade a eles delegada. Sem confrontação pública nem perda de sua posição, por estas ações, Albuquerque segregou, efetivamente, Nunes Viana. Pela invocação dos privilégios e prerrogativas nele investidos pelo rei, Albuquerque assegurou que a presença real fosse sentida em Minas.

Em outubro de 1709 Albuquerque viajou para o Arraial Novo do Rio das Mortes, novamente com pequena escolta. Seu discurso na porta da igreja relembrou aquele de Mascarenhas e Lencastre, fazendo notar como tais distúrbios eram um desserviço ao rei e em detrimento dos colonos, exortando seus ouvintes a se dedicarem à mineração, e não às armas. Ficando no arraial, assegurou aos emboabas que eles nada tinham a temer da parte dos paulistas em São Paulo, aos quais o governador havia despachado um jesuíta como emissário. Percebendo a incredulidade a seu redor, despachou um batedor, que voltou com a notícia de que os paulistas estavam já em Guaratinguetá. O governador mostrou coragem pessoal, mas o encontro que se seguiu foi ignominioso. Uma força de oito a dez mil paulistas avançava sobre Minas, comandada por Amador Bueno da Veiga e Albuquerque os encontrou na estrada de Guaratinguetá. Na ocasião, ele não fez um apelo direto a Bueno, mas a seus cabos, para que retornassem a São Paulo. Agindo dessa forma, Albuquerque negou a Bueno o reconhecimento de seu papel de líder, enquanto também minava sua autoridade, tentando insuflar dúvidas em seus subordinados. O governador usou a mesma estratégia empregada antes com tanto sucesso: apelar para o nome do rei e relembrar aos paulistas que eles eram “vassalos de el-

rei de Portugal”. Também mencionou que enviaria um relatório ao soberano, que haveria um inquérito sobre todos os “desacatos” cometidos contra os paulistas e que os responsáveis seriam levados à justiça. Albuquerque errou por completo na avaliação de seus ouvintes. Os cabos rejeitaram esta abertura e, na “língua da terra”, ameaçavam matar “este puto emboaba”. Albuquerque e sua comitiva fugiram expeditamente.

As diferentes fases da viagem de inspeção de Albuquerque a Minas tiveram diversas conseqüências. No trato com Nunes Viana ele teve sucesso, tanto quanto em suas políticas e ações de cooptar o povo com a criação de vilas, satisfazendo às aspirações dos colonos, e, ao mesmo tempo, impondo instituições de governo local. Talvez o sucesso tenha reduzido sua precaução. No Arraial Novo há sinais de superconfiança e de relutância em considerar o conselho que lhe foi dado pelos emboabas. Suas afirmações de ser capaz de forçar uma retirada paulista caíram em ouvidos moucos, descrentes. Embora os emboabas respeitassem sua autoridade, como foi também no caso de Mascarenhas e Lencastre, a eloqüência dos governadores perdeu credibilidade. No trato com os paulistas Albuquerque avaliou mal a situação. Seu apelo foi inadequado. Sua estratégia em não confrontar Bueno pode ter enfraquecido sua posição e sugere que ele não possuía uma informação-chave: a de que em 1º de abril de 1709 a Câmara de São Paulo havia registrado a indicação, por aclamação popular, de Bueno como “cabo maior e defensor da pátria”, mandando-o cumprir obrigações a serviço do rei até o tempo em que a Coroa ou o governador houvessem por bem.<sup>10</sup> Ademais, enquanto a velocidade e uma pequena escolta eram viáveis nos primeiros estágios, doravante, a ausência de uma grande força, para infundir respeito e até medo nos paulistas, condenou seu projeto. Oliveira registra que Albuquerque “experimentou algumas desatenções”. Esta não foi a última visita de Albuquerque a Minas. Ele assumiu o governo da nova capitania de São Paulo e Minas e, deixando um substituto no governo do Rio de Janeiro, fixou residência ali. Ele foi acompanhado pelo primeiro ouvidor a ser instalado em Vila Rica. Quando o corsário bretão René Duguay-Trouin invadiu e ocupou o Rio de Janeiro (1711) Albuquerque liderou uma forte tropa de voluntários mineiros para libertar a cidade.

Estes documentos lançam luz nos antagonismos entre “forasteiros” e “filhos da terra”, nos grupos étnicos, na identidade e nas interações entre os representantes da Coroa e o povo de Minas Gerais do começo do século XVIII. Também levantam assuntos mais amplos, que transcendem esta década e esta região, e podem ser discutidos no contexto da história do Brasil colonial e até nas relações Metrópole-colônias no Império português ultramarino.

10. Aureliano Leite, *O cabo-maior dos paulistas na guerra com os emboabas* (São Paulo: Livraria Martins, 1942), pp. 81-85.

O primeiro diz respeito à marginalização das pessoas nascidas na América na mentalidade da Metrópole. Vistas do centro, isto é, de Portugal, que era (segundo os metropolitanos) a epítome da ortodoxia religiosa, da civilidade, da moralidade e da estabilidade, a terra e as pessoas do Brasil eram marginalizadas, na medida em que se desviavam desses ideais. Isto se aplicava não só aos indivíduos, seus valores e modo de vida, mas se estendia ao clima e ao território. A infinita extensão do sertão despertava medo nos europeus, acostumados a espaços controlados. No nível humano, pessoas portuguesas de nascimento eram vistas como mais próximas do ideal. Pessoas nascidas no Brasil mas com ascendência portuguesa por ambos os lados era algo que se afastava do modelo. A marginalização se acelerava à medida que incluía pessoas de paternidade racial mista, de naturalidade ou ascendência ameríndia e africana. O jesuíta Alexandre Valignano apresentou para a Índia portuguesa uma escala baseada no local de nascimento e na raça.<sup>11</sup> Havia também a maledicência de que os americanos natos perdiam na fibra moral e na força física para os nascidos na Europa. Tais comentários pejorativos e degradantes não se limitavam à Metrópole portuguesa: comentaristas espanhóis e ingleses fizeram observações análogas.<sup>12</sup> A linguagem usada por Oliveira na “Relação” reflete estas atitudes. Em uma época em que os carijós e as pessoas descendentes de africanos eram chamados de “inimigos internos”, associar paulistas a eles, como no comentário “viesses com abalroada como costumavam fazer com paulistas, carijós e pretos”, é proceder a uma difamação por associação. Enquanto os emboabas do Arraial Novo eram disciplinados, resolutos e de “constância firme”, os paulistas eram descritos como covardes, caóticos e interesseiros. Oliveira exalta a força moral de um emboaba, descrevendo-o como um “emboaba confidente”. Ele introduz o tema da degeneração associada ao nascimento na América, contrastando este emboaba exemplar com “os mais, casados como este, [que] eram de Serra Acima e pela enxertia degeneravam de serem emboabas”.

Os paulistas eram uma anomalia para os portugueses natos. De um lado, eram de ascendência portuguesa, falavam português, praticavam o catolicismo, eram capazes de feitos heróicos, demonstravam coragem indiscutível, e sua vila de São Paulo tinha os equipamentos administrativos e institucionais e edifícios públicos – tanto civis quanto religiosos – de uma vila portuguesa. De

11. Alexandre Valignano, “Sumario de las cosas que pertenecieron a la provincia de la India Oriental”, citado com comentários em C. R. Boxer, *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825* (Oxford: Clarendon Press, 1963), pp. 62-63.

12. Carole Shammas, “English-Born and Creole Elites in Turn-of-the-Century Virginia”, em Thad W. Tate e David L. Ammerman, editores, *The Chesapeake in the Seventeenth Century* (New York: W. W. Norton & Co., 1979), especialmente pp. 284-87.

outro lado, muitas vezes, tinham sangue ameríndio, falavam as línguas indígenas, tomavam índias como esposas e concubinas, opunham-se às autoridades civis e religiosas e mostravam desdém aos representantes da Coroa e aversão a leis, alvarás e ordens-régias. Embora não tão marginalizados como o foram os ciganos e os cristãos-novos, que eram sistematicamente exilados da Metrópole e hostilizados no Brasil, os paulistas tinham em comum com esses grupos o fato de constituírem um grupo étnico. Talvez eu deva definir o termo “grupo étnico”. Membros de um grupo étnico compartilham uma ascendência comum (real ou percebida), características culturais (inclusive lingüísticas) relevantes, traços somáticos, atitudes, valores e comportamentos. As pessoas já nascem membros de uma comunidade étnica, ao invés de se associarem a ela. Por laços de sangue ou por parentesco imaginário, membros de uma comunidade étnica são freqüentemente parentes. De grande importância é o fato de que os membros de tal grupo percebem e identificam a si mesmos como pertencentes ao grupo, e por isso distintos dos “outros” e que os “outros” identificam este grupo como distinto. No cerne de um grupo étnico está a noção de ascendência comum. O debate é acirrado sobre se é a ascendência comum ou a cultura e consciência de pertencimento compartilhadas a característica diferencial mais importante.<sup>13</sup> De acordo com qualquer uma das definições, os paulistas constituem um grupo étnico. Foi precisamente este senso de “ser outro” que perturbava, no Brasil, a Coroa portuguesa e até os colonos portugueses natos. Auto-suficiência, distância, inacessibilidade, mobilidade e independência de espírito tornavam-nos refratários ao controle régio. O fato de os paulistas permanecerem intocados pelo poder real foi atribuído à sua localização periférica e à ausência de um centro fixo. A própria vila de São Paulo tinha uma pequena população residente, mas servia como ponto de partida para as bandeiras. O fato de esta marginalização e posição periférica não terem sido, por si mesmas, proteção contra um rei determinado a incorporar o interior do Brasil ao Império e a centralizar o governo foi demonstrado no decorrer do século XVIII.

Os paulistas não eram os únicos a ter uma forte identificação com a terra. Criadores de gado nos sertões de Pernambuco, Ceará, Piauí, Maranhão, Minas Gerais e Bahia compartilhavam esta afinidade. Lavradores de cana e senhores de engenho devem ter tido também este atributo telúrico. A identificação entre o homem e a terra era expressa pela designação de “poderosos do sertão”. Não está muito claro sob quais circunstâncias os colonos se identificavam mais com o Brasil do que com Portugal. A correspondência de um estudante baiano na Universidade de Coimbra na década de 1690 sugere claramente que entre o grupo de emigrantes brasileiros na Universidade de Coimbra

13. Adam Kuper e Jessica Kuper, *The Social Science Encyclopedia* (London e Boston: Routledge & Kegan Paul, 1985), pp. 267-69.

havia um forte senso de identidade e de solidariedade compartilhadas, como brasileiros natos.<sup>14</sup> O fenômeno de uma residência prolongada no além-mar levar a uma mudança da afeição pela terra natal para a de residência não foi limitado ao Brasil. O Ceilão ensejou uma alienação similar da afeição entre colonos portugueses, mas o amor pelo lugar de domicílio não significa necessariamente uma diminuição na submissão à Coroa ou do orgulho de ser português.

A observação de Oliveira de que os procuradores paulistas do Arraial Novo aceitaram as cartas-patentes do governador Mascarenhas e Lencastre como “capitães de auxiliares” levanta um tema comum a todas as partes do Império português, ou seja, o emprego de instrumentos por parte do rei ou governador para cooptar os não-europeus: graus de cavaleiro, títulos, benefícios, cartas de mercê com a assinatura real. Estes podem ter sido empregados para inclinar as atitudes dos dirigentes locais em favor dos portugueses, para lubrificar os mecanismos de negociação ou para garantir apoio. Tais favores não só jogavam com a vaidade dos não-europeus (e os portugueses não eram imunes), mas o reconhecimento por um rei estrangeiro poderia realçar seu prestígio entre seu próprio povo. Na África e na Ásia os não-europeus eram recompensados pelos reis portugueses com títulos de cavaleiros das ordens militares, incluindo a Ordem de Cristo. Em comparação, no Brasil, a Coroa portuguesa foi mais cautelosa na distribuição de hábitos das ordens militares aos pioneiros da exploração e do povoamento a brasileiros natos por leal serviço à Coroa e em reconhecimento das contribuições de agricultores, comerciantes e mineradores à economia.<sup>15</sup> Mas Dom João V estava bem consciente da importância do reconhecimento real: uma carta régia de 29 de outubro de 1712 honrou os moradores do Rio das Mortes pela sua lealdade e presteza em se apresentarem como voluntários para libertar o Rio de Janeiro.

Tais honrarias constituíam parte de uma estratégia, nascida do pragmatismo, por parte da Coroa portuguesa. Para sua sobrevivência, o Império português era extremamente dependente dos não-portugueses e, às vezes, de não-católicos e não-europeus.<sup>16</sup> A Ásia portuguesa proporciona numerosos exemplos de compromissos secretos ou delicados confiados a judeus, muçulmanos e não-portugueses. Por sua prática e habilidade de sobreviver no

<sup>14</sup>. “Se os filhos do Brasil não excedem os de Portugal, ao menos os igualam”, citado em A. J. R. Russell-Wood, “Relato de um caso luso-brasileiro do século dezessete”, *Studia*, 36 (1973), especialmente pp. 30, 34-35.

<sup>15</sup>. C. R. Boxer, *Portuguese Society in the Tropics, The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800* (Madison e Milwaukee: University of Wisconsin Press, 1965), pp. 105-6; Stuart B. Schwartz, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835* (Cambridge: Cambridge University Press: 1985), pp. 272-74, 275-77, 284-85.

<sup>16</sup>. G. V. Scammell, “Indigenous Assistance in the Establishment of Portuguese Power in Asia in the Sixteenth Century”, *Modern Asian Studies*, 14:1 (1980), pp. 1-11, e “The Pillars of Empire: Indigenous Assistance and the Survival of the ‘Estado da Índia’, c. 1600-1700”, *Modern Asian Studies*, 22:3 (1988), pp. 473-89.

sertão, conhecimento do território, proficiência lingüística e domínio das táticas de combate, os paulistas atraíram a atenção real para missões especiais, como os ataques a quilombos. A Coroa também reconheceu que, seja no interior do Brasil ou de Angola, seja em regiões da Ásia portuguesa, distantes da intervenção da Coroa ou da autoridade do vice-rei, havia indivíduos dos quais ela era dependente se quisesse manter qualquer aparência de autoridade portuguesa. Manuel Nunes Viana recai nesta categoria. A “Notícia” o retrata como um fanfarrão que matou um homem na Bahia, foi chamado perante o governador-geral e negociou um acordo para manter sua liberdade, em troca de um auto-exílio no sertão. Sua obediência à ordem de Albuquerque de retornar a seus currais não foi o fim de suas relações, às vezes tempestuosas, com os governadores de Minas Gerais. Assumar o repreendeu por interferir no livre trânsito ao longo da rota do vale do São Francisco para Minas e, mais tarde, ele foi preso. Quando Nunes Viana retornou a Portugal, ou mesmo se retornou (como é afirmado na “Notícia”), não ficou claro. Mas, a despeito de seus registros tumultuosos, seus serviços foram reconhecidos pelo rei Dom João V com o hábito da Ordem de Cristo, a patente de coronel da milícia, a alcaidaria-mor de Maragogipe e o posto de escrivão da Ouvidoria do Rio das Velhas. O papel atribuído, na “Relação”, ao infante dom Francisco, intercedendo em seu benefício, exige futura pesquisa. Se o conde de Assumar o caracterizou como uma praga que infestou Minas e o sertão, na Bahia o marquês de Angeja (vice-rci, 1714–1718) estava em bons termos com Nunes Viana.<sup>17</sup> Provavelmente ambos os representantes da Coroa estavam certos. Ter ele recebido favores reais foi um tributo ao pragmatismo de dom João V, que reconheceu, como o fizeram alguns contemporâneos de Nunes Viana, que o sertão do Brasil estava fora do alcance do braço da lei, das companhias militares, dos coletores de impostos e dos servidores de Cristo e de Sua Majestade, e que uma personagem como Nunes Viana inspirava suficiente respeito, ou medo, para levar um tanto de autoridade e, possivelmente, de estabilidade à região turbulenta.<sup>18</sup> O dilema do rei era bem expresso pelo provérbio: “Quem não tem cão caça com gato.”

Aquilo que viria a ser designado como Guerra dos Emboabas, mas que os contemporâneos referiam como uma revolta, não foi um incidente isolado de confronto entre dois grupos distintos dentro do Brasil ou entre colonos e autoridades da Coroa. Outras insurreições incluíram o Maranhão (1684), a Guerra dos Mascates (1710–1711) em Pernambuco, Vila Rica (1720), a Incon-

17. Boxer, *The Golden Age of Brazil*, pp. 364-5; ver também documentos n. 82, 867, 889, 892, 1680 e 2572 em Caio C. Boschi (Coord.) *Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino* (Lisboa). (Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998).

18. A. J. R. Russell-Wood, “Manuel Nunes Viana: Paragon or Parasite of Empire?”, *The Americas*, 87:4 (1981), pp. 479-98.

fidência Mineira (1789), a Revolta dos Alfaiates em Salvador (1798) e em Pernambuco (1801, 1817). A maior parte dessas insurreições foi de duração limitada, carecia de uma base de sustentação mais ampla e raramente teve repercussões além da localidade ou região imediata. Muitas não chegaram a se concretizar e foram traídas ou abortadas prematuramente. O monopólio do sal e os altos preços provocaram ataques aos depósitos de sal em Santos (1710, 1734) e contra a casa do fornecedor de sal em Salvador (1710). Periodicamente, havia protestos locais contra os impostos, notavelmente no sertão de Minas Gerais, como aprendemos das pesquisas de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. As hostilidades entre paulistas e emboabas tiveram limitada duração, envolveram pequena perda de vidas e aconteceram essencialmente nas comarcas do Rio das Velhas, Ouro Preto e Rio das Mortes. Mas foram altamente significativas pelo fato de que refletiram desconfiança e antagonismo profundamente arraigados entre aqueles que se auto-identificavam com a Metrópole, ou o núcleo, e aqueles que se identificavam com a América, ou a periferia. Tais tensões estiveram presentes no Brasil do século XVII e estavam ainda presentes às vésperas ou após a Independência. Nem na Índia, nem na África portuguesas eclodiram tensões comparáveis na violência. Se este foi um caso de excepcionalidade do Brasil no seio do Império português, quando visto no contexto da América, o que ocorreu em Minas foi uma manifestação brasileira das tensões entre aqueles nascidos na Europa e os crioulos, igualmente presentes na América espanhola e britânica.

Episódios nos quais um governador colonial foi obrigado a recuar perante a oposição local não aconteceram só em Minas. Em 1643, o Senado da Câmara e o povo de Tânger forçaram a substituição de um governador quando perceberam que ele favorecia a causa espanhola. Em 1710, o governador de Pernambuco foi forçado a fugir para Salvador. Em 1732, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, dominado pelos comerciantes, forçou o retorno do governador Luís Vahia Monteiro. Do mesmo modo, mais tarde, em 1805, o governador de Goiás fugiu por causa de pressões locais. Na América britânica continental, poderosos colonos da Virgínia forçaram a deposição do governador Harvey no século XVII. Quando o governador-geral e o intendente da Martinica tentaram implementar reformas ordenadas pelo rei francês, os fazendeiros se rebelaram e os embarcaram de volta à França (1717) – um *fait accompli* que o governo metropolitano aceitou. Na América espanhola, “cabildos abiertos” eram proeminentes como a voz das aspirações crioulas, e nenhum mais que o de Buenos Aires, que prendeu o vice-rei espanhol (1810), ou o de Santa Fé de Bogotá, que depôs o vice-rei.<sup>19</sup> Nesse contexto mais amplo, a recu-

<sup>19</sup> J. Mills Thornton III, “The Thrusting Out of Governor Harvey: A Seventeenth-Century Rebellion”, *Virginia Magazine of History and Biography*, 76 (1986), pp. 11-26; W. J. Eccles, *France in America* (New York: Harper & Row, 1972), pp. 153-154.

sa dos emboabas em permitir ao governador Mascarenhas e Lencastre que prosseguisse ou a ação paulista que forçou o governador Albuquerque a voltar precipitadamente para o Rio não foram excepcionais.

A esse tempo não havia em Minas em evidência qualquer forma de negociação construtiva entre emboabas e paulistas ou entre governadores e Manuel Nunes Viana, como o cabeça nomeado pelos emboabas, e os líderes dos paulistas. A ausência de “autoridade negociada” (para usar o termo cunhado pelo historiador norte-americano Jack P. Greene) pode ser atribuída ao caráter “instantâneo” do povoamento de Minas e ao imenso desafio de tentar trazer estabilidade para populações multiculturais, que foram colocadas juntas e não tiveram a oportunidade de se acomodar e chegar a uma certa coesão e espírito comunitário ao longo de várias décadas. A ereção de vilas foi crítica na criação de entidades de governo local com autoridade legítima, cujos representantes pudessem se tornar vozes para a expressão dos colonos. Em Minas, os senados da câmara colocaram de lado as diferenças individuais e negociaram com os governadores para derrogar ou modificar a implementação das ordens reais concernentes aos quintos, para requerer à Coroa uma universidade no Brasil ou uma segunda relação no Rio de Janeiro. Mas naquela época descrita na “Relação”, e que ocupa a maior parte da “História”, era ainda muito cedo para os grupos evoluírem em uma sociedade ou para que o interesse próprio fosse subordinado ao bem comum.

Autoridade e legitimidade são temas comuns à “Relação” e à “História”: a legitimidade de um seletivo grupo - seja ele constituído por paulistas ou emboabas - para abrogar a si mesmo a autoridade moral de escolher um líder; a legitimidade da autoridade derivada de tal processo; a autoridade investida em governadores e representantes da Coroa; a autoridade de governadores para delegar autoridade a outros. Desafios dos colonos à autoridade dos governadores não devem ser confundidos com desafios à autoridade divina investida nos reis. Há inúmeros casos na história do Brasil colonial de expressões, tanto individuais como coletivas, de lealdade ao rei, cuja autoridade era invulnerável. Um componente essencial da realeza era a magnanimidade, que mesmo temperada com pragmatismo não solapa seu caráter absoluto. Nem no caso da Guerra dos Mascates, nem no da Guerra dos Emboabas houve aquela exemplar punição draconiana e execução dos líderes, como ocorreu com Manuel Beckman, Filipe dos Santos, Joaquim José da Silva Xavier, ou a execução de quatro cabeças da Revolta dos Alfaiates ou dos doze executados em Pernambuco, em 1817. Na Guerra dos Mascates e na Guerra dos Emboabas, e em algumas ocasiões mencionadas acima, foi assegurada uma anistia geral pelo governador ou pelo rei. Entretanto, se as ordens reais de 22 de agosto de 1709 excluindo Nunes Viana e Bento do Amaral Coutinho de tal anistia tivessem chegado às mãos de Albuquerque antes de sua partida de Minas as consequências poderiam ter sido muito diferentes para esses dois líderes. O uso da

anistia e do perdão requer pesquisa futura. Não só eles reforçaram a autoridade moral do rei, mas foram instrumentos a serem invocados pelos governadores colocados em posições insustentáveis e sem tropa para forçar a obediência ou impor a estabilidade. Eram dispositivos que poderiam exercer pressão no espírito de indivíduos ou grupos, tornando os colonos menos resistentes ao mando da Coroa ou à centralização do governo. Em última análise, garantir perdões individuais ou anistias gerais era o reconhecimento tácito da incapacidade da Coroa de controlar a oposição organizada ou de suprimir um levante maior, mas foi um eficiente instrumento de governo para dispersar tensões que poderiam, de outro modo, ter infestado ou se espalhado além de uma região e ameaçado a Índia ou a América portuguesas.